

MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE HOJE **GARANTIA DO SUS AMANHÃ**

Conferência de Juventude aborda danos causados pela EC 95 e contrarreforma trabalhista



Conselho Nacional
de Saúde

Diante dos cortes de investimentos no SUS e nas políticas de educação e sociais por conta da Emenda Constitucional 95/2016, a 1ª Conferência Nacional Livre de Juventude e Saúde (CNLJS) debateu, em meados de novembro, os agravos à população causados pela recente mudança constitucional. A contrarreforma trabalhista, que afeta diretamente a população jovem, também esteve entre os temas.

O encontro contou com 400 lideranças jovens de todos os estados brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos, prioritariamente. Eles apresentaram suas demandas sobre o Sistema Único de Saúde, tendo em vista esse contexto de ameaças graves à democracia.

“Nosso país está passando por um processo de desfinanciamento histórico. O cenário anunciado é de desmontes e reformas que precarizam as relações de traba-

lho”, disse Gustavo di Lorenzo Villas Boas, representante da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem/SP).

O ex-presidente do CNS, Ronald dos Santos, afirmou que a aposta, agora, é na resistência coletiva. “O processo civilizatório sempre teve a juventude no protagonismo. Nossa responsabilidade é com a humanidade. Temos que ter energia para mobilizarmos corações e garantirmos o direito à saúde”.

A conferência trouxe também inúmeras discussões e rodas de conversa sobre medicalização, direitos humanos, racismo, machismo e LGBTfobia, agrotóxicos, judicialização na saúde, dentre outros temas.

“Temos que resistir, lutar e dar as mãos. Se algum de nós for calado no próximo governo, nós seremos a voz de quem for silenciado”, defendeu Sara Alves Gomes, residente do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



EC 95

Em vigor desde 2017, a EC 95 congelou investimentos em saúde e educação até 2036, o que deve gerar um prejuízo estimado em R\$ 400 bilhões, de acordo com a Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS.

ADI 5658

70 mil assinaturas contra a EC 95, colhidas pelo CNS, foram anexadas em abril de 2018 à ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 5658, que tramita no Supremo Tribunal Federal tendo como relatora a ministra Rosa Weber.

Meta

O objetivo do CNS é que o tema volte à pauta do STF o quanto antes para que a emenda seja declarada inconstitucional, visto que congela significativamente investimentos, gerando prejuízos irreparáveis a toda a sociedade.

CONGELAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SAÚDE

CLT

As mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovadas pelo Congresso Nacional em 2017, já estão em vigor há mais de um ano. As consequências para a saúde de trabalhadores e trabalhadoras diante da reforma são graves.

CONTRARREFORMA TRABALHISTA

Desemprego

Os proponentes das mudanças alegavam que a reforma faria com que os patrões contratassem mais, gerando mais empregos. Porém, a taxa de desemprego e a informalidade só aumentaram nos últimos meses.

Insalubridade

Entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, o país registrou 12,6% no índice de desemprego, de acordo com o IBGE. Dentre as mudanças, a reforma flexibilizou inclusive o trabalho em condições insalubres para grávidas e lactantes.



Respeito à Constituição de 1988

O professor de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Emerson Elias Merhy, acredita que, neste cenário de retrocessos vivenciado no Brasil, é necessário exigir a manutenção da Constituição de 1988 e sua aplicação. “O extermínio é uma prática constante no país, mas a memória não é eliminável. Uma das formas de resistência é exigir que a lei seja cumprida”. Para ele, daqui para frente, será ainda mais necessário que “a resistência esteja no cotidiano de socialização de todas as pessoas”.

O coordenador da 1ª CNLJS, Douglas Vinicius Pereira, discorreu sobre a responsabilidade de todos os participantes do evento. “Somos representações de vários segmentos diferentes. Temos que dar continuidade ao nosso desejo de uma sociedade alicerçada na solidariedade e no respeito”.

Já o conselheiro nacional de saúde Márcio Florentino Pereira, que participou, quando era jovem, da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, rememorou a importância do evento para a democracia no país. “Colocamos fim na ditadura militar. Muitos deram a vida para que tivéssemos hoje a liberdade de sonhar. Temos que nos unir e nos comprometer a reverter o processo que está posto hoje”.

Erivânio Herculano da Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social



“Colocamos fim na ditadura militar. Muitos deram a vida para que tivéssemos hoje a liberdade de sonhar. Temos que nos unir e nos comprometer a reverter o processo que está posto hoje”

– Márcio Pereira, conselheiro nacional de saúde

Relatório final

Fortalecer os mecanismos de transparência de repasses de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde para o setor privado e resgatar a valorização do SUS pelos profissionais de saúde estão entre as propostas aprovadas na 1ª CNLJS.

O documento inclui propostas pela retomada da agenda de prioridades para o desenvolvimento de pesquisas no SUS, o fortalecimento de projetos que discutam o uso racional de agrotóxicos e estratégias para aumentar a participação da juventude nos conselhos de saúde.

Alcançar a população jovem que não estuda e não trabalha (geração nem-nem), para participar de debates sobre saúde pública e lutar contra a reforma trabalhista, que afeta milhares de jovens que estão no mercado de trabalho, também estão entre as propostas aprovadas na conferência nacional.

O relatório final com as contribuições e o olhar da juventude para o SUS e para o controle social brasileiro estará disponível em breve, no site do CNS. O documento será apresentado nas etapas preparatórias para a 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), que será realizada de 4 a 7 de agosto de 2019, em Brasília. //